

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT)

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público

Provimento da Titularidade de Serviços Notariais e de Registro

Caderno de Provas Objetiva e Discursiva

Aplicação: 26/11/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Os espaços para rascunho da prova discursiva são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local e(ou) da especificação apropriados.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **28/11/2006**, a partir das 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjdftr2006.
- II **29 e 30/11/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjdftr2006 —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **22/12/2006** – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjdftr2006.
- IV **27 e 28/12/2006** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjdftr2006 —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- V **16/1/2007** – Resultado final da prova discursiva, convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjdftr2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1/2006 – TJDFT/PR, de 28/9/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjdftr2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

Acerca da improbidade administrativa e do controle dos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A ação de improbidade administrativa deverá ser proposta no prazo de 5 anos, a contar da data do conhecimento do fato, quando se tratar de detentor de mandato eletivo ou de cargo em comissão.
- 2 Decai em 5 anos o prazo para que a administração pública federal possa anular, de ofício, ato ilegal que gere efeitos favoráveis à pessoa do destinatário.

A respeito da desapropriação e das limitações administrativas e, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.

- 3 Um estado da Federação pode desapropriar, por interesse social, bens imóveis rurais localizados em seu território, para fins de assentamento de colonos.
- 4 As limitações administrativas são fundadas em atos legislativos ou administrativos dotados de caráter geral e, por isso, não são, em regra, indenizáveis. Mas poderão gerar indenização se houver comprometimento da utilização econômica do bem.

Acerca da concessão do serviço público e da responsabilidade civil das concessionárias ou delegadas do serviço público, julgue os itens a seguir.

- 5 A concessão de serviço público de limpeza urbana dispensa a edição de lei autorizativa municipal.
- 6 O direito de obter indenização dos danos causados por entes privados prestadores de serviços públicos se dará na forma da legislação civil, ou seja, em 10 anos, não sendo aplicado o Decreto n.º 20.910/1932.

Acerca dos poderes da administração e dos agentes administrativos, julgue os seguintes itens.

- 7 O poder regulamentar da administração pode ser controlado pelo Congresso Nacional e pelo Poder Judiciário, na forma de controle concentrado de constitucionalidade, por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- 8 É de 24 meses o período de estágio probatório dos servidores públicos federais regidos pela Lei n.º 8.112/1990, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com relação aos bens públicos e ao controle da administração pública, julgue os próximos itens.

- 9 As águas do lago Paranoá, em Brasília – DF, pertencem à União e constituem bem dominial.
- 10 O Tribunal de Contas da União (TCU) é competente para realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Legislativo.

Acerca dos partidos políticos e da interpretação e aplicação das normas constitucionais, julgue os itens seguintes.

- 11 Os partidos políticos, pessoas jurídicas de direito privado, criados na forma da legislação civil, devem ter seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
- 12 O artigo 5.º, inciso LXXVI, da Constituição Federal assegura aos reconhecidamente pobres, o direito às certidões de nascimento e de óbito, de forma gratuita. Dessa forma, não poderia a lei, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliar esse direito a pessoas que não fossem pobres.

Considere que o deputado distrital X apresente projeto de lei distrital que disciplina a criação de mais dois cartórios de registro de imóveis no Plano Piloto. Acerca desse hipotético projeto de lei e da disciplina da organização do Estado e do processo legislativo, julgue os itens que se seguem.

- 13 O projeto de lei mencionado é constitucional no que se refere à competência do Distrito Federal (DF) para dispor sobre a matéria, já que a criação de cartórios extrajudiciais não se insere no conceito constitucional de organização judiciária do DF nem em matéria relativa a registros públicos, que são de competência privativa da União.
- 14 O projeto de lei em tela é inconstitucional no que se refere à iniciativa parlamentar.

No que concerne à organização dos poderes, na forma como prescrita na Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

- 15 Em relação aos órgãos que prestam serviços notariais, compete ao Conselho Nacional de Justiça conhecer das reclamações acerca de suas atividades; avocar processos disciplinares em curso; determinar outras sanções administrativas, assegurada a ampla defesa.
- 16 Os serviços notariais não se submetem ao controle pelo TCU.

A lei municipal n.º Y foi impugnada, por meio de representação de inconstitucionalidade por suposta violação à constituição estadual, apresentada pelo defensor público geral de determinado estado, perante o respectivo tribunal de justiça.

Com base nessa situação hipotética e considerando o controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- 17 A iniciativa de propositura da representação não estará vedada ao defensor público geral, se houver previsão na respectiva constituição estadual.
- 18 Se for julgada improcedente a citada representação, eventual decisão proferida pelo STF, em recurso extraordinário, cabível daquela decisão, terá eficácia *erga omnes* e efeito vinculante aos destinatários da norma.

Acerca do disposto na Constituição Federal a respeito da administração pública e do sistema tributário nacional, e de acordo com a jurisprudência do STF, julgue os próximos itens.

- 19 Os titulares de serviços notariais não fazem jus aos seguintes direitos previstos para os servidores públicos: regime próprio de previdência social; aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade; estabilidade no serviço público.
- 20 Considerando que a lei X, que majora os emolumentos cartorários de determinado estado da Federação, tenha sido publicada no dia 31 de dezembro de 2005, com entrada em vigor no mesmo dia, a cobrança desses emolumentos só poderia ser iniciada, de forma compatível com a Constituição Federal, a partir de 1.º de janeiro de 2006.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos negócios jurídicos.

- 21 Nos negócios jurídicos onerosos entre presentes, a declaração expressa de vontade é parte integrante do ato negocial, equivalendo o silêncio de qualquer das partes à anuência tácita. Nesses negócios, a conduta subjetiva do agente ou a sua capacidade não têm influência sobre a validade da avença, não se perquirindo, portanto, o elemento subjetivo e verificando-se tão-somente se a conduta dos contratantes atende aos padrões esperados no ambiente sociocultural vigente e aos usos e costumes do lugar.
- 22 O negócio jurídico é anulável quando realizado com erro substancial quanto à natureza do negócio, seu objeto, ou com erro de direito pertinente à identidade ou à qualidade da pessoa com quem se celebra o negócio. Quando se tratar de erro de direito, ainda que esse não seja o motivo determinante da declaração de vontade, pois, nesse caso, implicaria recusa à aplicação da lei, se as partes desejarem conservar o contrato, poderão retificar as declarações de vontade ou executá-lo segundo a vontade declarada, se qualquer das partes o desejar, sanando-se, assim, o vício apontado.

A respeito dos contratos, julgue os itens que se seguem.

- 23 Considere que determinada pessoa adquiriu um veículo usado, com o objetivo de revendê-lo. No contrato de venda e compra desse veículo, foi inserida cláusula de garantia do veículo, pelo prazo de 20 dias. Depois de entregue ao comprador, o veículo apresentou um grave defeito oculto, preexistente ao momento da tradição do bem, o que diminuiu sensivelmente o valor desse bem. Nessa situação, o adquirente poderá valer-se de ação para haver o abatimento do preço da coisa recebida com vício redibitório ou para rescindir o contrato e reaver o valor pago. O prazo decadencial dessa ação começa a correr após o transcurso do período da garantia estabelecido pelo vendedor.
- 24 O contrato de compra e venda forma-se a partir de manifestação de vontades distintas, porém coincidentes, recíprocas e concordantes sobre o mesmo objeto. Forma-se esse negócio no momento em que as partes materializam o acordo. Trata-se de contrato instantâneo ou de execução única, visto que as obrigações são cumpridas em um único instante, quer logo após sua formação, quer em momento futuro. Se as partes decidirem dividir a prestação no tempo, o contrato transforma-se em contrato de duração ou aleatório.
- 25 No contrato de permuta, cada parte obriga-se a transferir à outra uma coisa por outra que não seja dinheiro. Assim, todos os bens que não têm qualquer indisponibilidade natural, legal ou voluntária, podem ser permutados. Tais bens não precisam pertencer à mesma espécie nem ter o mesmo valor. Admite-se a permuta de bens de valores desiguais, podendo, nesse caso, haver ou não complementação da diferença em dinheiro. Se uma das coisas ou ambas forem imóveis, o instrumento contratual deverá ser feito mediante escritura pública.
- 26 Na venda de um imóvel, com precisa estipulação da área vendida, quando houver divergência entre as medidas ou as dimensões não corresponderem às dimensões apresentadas, o comprador prejudicado tem direito potestativo, podendo, à sua escolha, exigir do vendedor a complementação da área — pretensão esta deduzida por intermédio da ação *ex empto*, por inadimplemento contratual — ou, se isso não for possível, pedir a resolução do contrato, enjeitando a coisa, ou o abatimento do preço.

Quanto ao direito das coisas, julgue os seguintes itens.

- 27** Com a transmissão do direito de superfície a propriedade torna-se resolúvel, sendo subdivida em propriedade do solo e propriedade da superfície. Quando a transmissão se der por contrato oneroso, durante a vigência deste, poderá o detentor da propriedade superficiária modificar unilateralmente a destinação da utilização do terreno, quando essa não beneficiar a propriedade economicamente ou quando a destinação concedida não for autorizada pela administração pública ou pela vigilância sanitária.
- 28** Na comosse, modalidade de posse exercida concomitantemente por mais de um titular sobre o mesmo bem que se encontra em estado de indivisão, não estando determinada a parcela que compete a cada um, cada um terá uma parte ideal. Nenhum compossuidor, sem autorização expressa ou implícita dos demais, pode praticar atos possessórios que excluam os dos outros.
- 29** A acessão, uma forma de aquisição da propriedade pela via originária, consiste na prerrogativa de que pertence ao proprietário tudo que se une ou se incorpora ao bem. Ela se caracteriza pela união física entre duas coisas, formando, de maneira indissolúvel, um conjunto em que uma das partes, embora possa ser reconhecível, não guarda autonomia, está subordinada, dependente do todo, seguindo-lhe o destino jurídico.
- 30** No condomínio tradicional, o uso com exclusividade da totalidade da coisa comum por apenas um dos condôminos, ainda que sem oposição a essa utilização pelos demais comunheiros, faculta a estes exigir o pagamento dos alugueres correspondentes aos seus quinhões e impõe ao condômino que detém a posse direta do bem a obrigação pela totalidade das despesas de conservação.

Quanto ao direito das sucessões, julgue os itens que se seguem.

- 31** O herdeiro necessário pode alienar os seus direitos sucessórios, ainda estando vivo o autor da herança, desde que o faça por escritura pública e sob condição, isto é, com cláusula que subordine os efeitos do negócio jurídico ao evento morte do titular do direito alienado. Assim, o referido negócio é válido, ficando, no entanto, a sua eficácia subordinada a termo.

- 32** A pessoa física ou jurídica pode instituir seu sucessor e transmitir a herança por meio de testamento, estando restrita essa autonomia à herança dos herdeiros legítimos, ou seja, não podendo haver incompatibilidade com a sucessão legítima.
- 33** Se morrer o filho adotivo, a sua herança, não havendo descendentes nem cônjuge sobreviventes, pertence, em sua integralidade, aos seus pais naturais. Porém, se esses estiverem falecidos, caberá a sucessão aos adotantes, mesmo se o autor da herança tiver outros ascendentes naturais de grau mais remoto.

A respeito do direito de família, julgue os itens subseqüentes.

- 34** O nubente que possuir vários sobrenomes em seu nome pode, ao se casar, suprimir um ou mais desses, desde que conserve, ao menos, um deles, ao acrescentar o sobrenome do outro nubente.
- 35** Caso seja celebrado um casamento religioso sem as formalidades da lei civil, o registro civil poderá ser feito a qualquer tempo, bastando que se faça a devida habilitação perante a autoridade competente. Nesse caso, os efeitos jurídicos do casamento, ainda que tardio o registro, retroagem à data da celebração do casamento religioso.

No tocante à ação popular e ao mandado de segurança, julgue os próximos itens.

- 36** Na ação popular em defesa do patrimônio público, da moralidade administrativa ou do meio ambiente, pode o juiz conceder a suspensão liminar dos efeitos do ato administrativo impugnado, desde que presentes os requisitos autorizadores da medida.
- 37** A sentença que julgar procedente a ação popular e declarar nulo o ato administrativo terá, necessariamente, de condenar o administrador público ao pagamento de indenização, independentemente de pedido do autor na exordial e de comprovação do prejuízo material experimentado pelo poder público.
- 38** A denegação do mandado de segurança em virtude do reconhecimento de que não houve violação ao direito reclamado pelo impetrante não faz coisa julgada material e não impede que se busque, na via própria, novamente, a satisfação do direito, por serem distintos a causa de pedir e o pedido, no *writ* e na ação ajuizada pelo rito ordinário.

A respeito da sentença e da coisa julgada, julgue os itens a seguir.

- 39** O objeto da coisa julgada material é a sentença de mérito e, dentro da sentença, somente o dispositivo é acobertado pela autoridade da coisa julgada. No entanto, a eficácia preclusiva transcende os limites do processo em que foi proferida a sentença coberta pela coisa julgada, alcançando todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido.

- 40** A sentença declaratória da morte presumida pressupõe, sempre, a decretação da ausência. Nesse caso, o juiz deve fixar a data provável do óbito como sendo aquela em que se encerraram todas as buscas e averiguações a respeito do paradeiro da pessoa desaparecida, cessando, assim, a probabilidade de sobrevivência do indivíduo.
- 41** A sentença *citra petita*, porque omissa, pode ser complementada por força da interposição de embargos de declaração pelo juiz prolator da sentença. Entretanto, se a parte assim não proceder, não será lícito ao tribunal contemplar pedido sobre o qual a sentença tenha se omitido, porque isso equivaleria a julgar a pretensão diretamente na instância *ad quem*, com violação do princípio do duplo grau de jurisdição.

No que se refere a competência, julgue os itens que se seguem.

- 42** A reunião de duas ações conexas, uma possessória e outra petitoria, leva a prevalecer o princípio da perpetuação da jurisdição; dado ter sido modificada em razão da conexão, a competência transmuda-se de relativa para absoluta. Entretanto, uma vez extinta a ação que deu causa à conexão, não mais subsistirá a *vis attractiva* que motivou o deslocamento da competência. Conseqüentemente, deverá ser determinado o retorno dos autos ao juízo onde a ação foi originalmente proposta.
- 43** Considere a seguinte situação hipotética.
- Uma ação de indenização por danos materiais decorrente de acidente de trânsito foi proposta perante juízo de comarca diversa e distinta do local do fato e da residência do autor e do réu. Depois de receber a petição inicial, o juiz verificou que as testemunhas arroladas pelo autor residiam no local onde ocorrera o sinistro.
- Nessa situação, é facultado ao juiz, de ofício, reconhecer sua incompetência e remeter o processo para o juízo do local do fato, fundamentando a sua decisão nos princípios da razoabilidade e da busca da verdade real.

Em 29/4/2006, Pedro adquiriu de Carlos um apartamento residencial localizado na Cidade Alvorada, no edifício Morar Bem, por preço certo, em 12 parcelas mensais. Depois de formalizada a transferência da propriedade e da posse do bem, o Condomínio Residencial Morar Bem ajuizou, contra Pedro, ação de conhecimento sob o rito sumário para a cobrança de despesas condominiais vencidas e não pagas desde o mês de junho de 2004, no valor de R\$ 25.000,00.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 44** Na contestação, Pedro deverá denunciar à lide Carlos, invocando a exceção do contrato não-cumprido, sustentando a existência de obrigações recíprocas, ou seja, cada uma das partes deve e é credora, simultaneamente. Assim, como Carlos não cumpriu sua obrigação de pagar as despesas condominiais, ele deve integrar a lide, assegurando-se ao réu o direito de compensação.

- 45** Considere que somente o advogado constituído regularmente por Pedro, que não tem poderes especiais para transigir, tenha comparecido à audiência de conciliação e tenha apresentado contestação. Nessa situação, não é possível haver conciliação, devendo ser decretada a revelia de Pedro, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial.
- 46** Considerando-se que o valor atribuído à causa ultrapasse a sessenta vezes o valor do salário mínimo, a ação de cobrança não pode ser processada pelo rito sumário. Assim, o juiz, de ofício, deve corrigir o procedimento, determinando que a ação seja processada pelo rito comum ordinário.

A respeito dos recursos no processo civil, julgue os itens seguintes.

- 47** O recurso adesivo é uma forma de interposição de apelação, embargos infringentes, recursos extraordinário e especial. Ele exige, para a sua admissibilidade, além da sucumbência recíproca, a existência de recurso conhecido, tipificado, interposto pela parte contrária.
- 48** Havendo litisconsórcio entre os litigantes vencidos, o efeito da interposição de recurso por um dos co-litigantes se estende aos demais litisconsortes, ainda que o litisconsórcio não seja unitário, inclusive para aqueles que tenham desistido de recurso interposto.
- 49** São cabíveis embargos infringentes contra acórdãos não-unânicos que reformarem total ou parcialmente a sentença de mérito ou que julgarem procedente o pedido em ação rescisória. Esses embargos objetivam a modificação do acórdão, para fazer prevalecer o voto vencido, na medida da divergência entre os julgadores.
- 50** O efeito devolutivo nos embargos de declaração tem como conseqüência devolver-se ao órgão julgante a oportunidade de ele manifestar-se no sentido de aclarar a decisão obscura, completar a decisão omissa ou afastar a contradição de que padece a decisão. Tais embargos podem ter, excepcionalmente, caráter infringente quando se tratar de recurso com o objetivo de suprir omissão, contradição entre o fundamento e o *decisum* ou em caso de manifesto erro material cujo reconhecimento não implique reexame de prova ou da tese jurídica adotada na decisão embargada.

De acordo com a legislação e a doutrina pertinentes, e considerando, ainda, a jurisprudência do STJ e do STF, julgue os itens que se seguem, relativos ao direito penal.

- 51** A violência ou grave ameaça tipificadora do crime de roubo torna inviável a aplicação a esse crime do princípio da insignificância.
- 52** No caso de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, a pendência de processo administrativo impede a respectiva ação penal.
- 53** Nos crimes contra a ordem tributária, deve-se reconhecer a ausência de justa causa para a instauração de inquérito policial, caso haja recurso pendente na esfera administrativa, por inexistir lançamento definitivo do débito fiscal.
- 54** O crime de desobediência se aperfeiçoa com a vontade do agente de ofender o funcionário público no exercício das funções inerentes ao seu cargo, ofendendo-o pessoalmente, violando a autoridade e a dignidade das funções públicas por ele exercidas e menosprezando o poder estatal.
- 55** Para fins de exacerbação da pena-base, segundo entende o STF, a consideração de inquéritos e processos criminais em andamento como maus antecedentes não viola o princípio constitucional da presunção de inocência.
- 56** Para a caracterização do crime de falsificação de documento público, é suficiente que a falsificação tenha aptidão para lesionar a fé pública, sendo dispensável, assim, a comprovação de efetivo dano.
- 57** O delito de roubo consuma-se com a simples posse, ainda que breve, da coisa alheia móvel, subtraída mediante violência ou grave ameaça, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima.
- 58** A eficácia ultrativa da norma penal mais benéfica — sob cuja égide tiver sido praticado o fato delituoso — deve prevalecer, por efeito do que prescreve a Constituição Federal, sempre que, ocorrendo sucessão de leis penais no tempo, se constatar que o diploma legislativo anterior se qualificava como estatuto legal mais favorável ao agente.
- 59** É possível a concessão de fiança a integrantes do crime organizado.
- 60** Para que ocorra a caracterização de fato penalmente típico, é necessário, além da tipicidade legal, que a conduta do agente cause dano ou perigo concreto relevante, de modo a lesionar ou fazer periclitara o bem na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade, acolhido na vigente Constituição da República.
- 61** Para a caracterização da causa de aumento de pena do crime de roubo, é imprescindível a apreensão da arma, mesmo quando outros elementos comprovarem a sua utilização.

Segundo a legislação e a doutrina pertinentes, e considerando, ainda, a jurisprudência do STJ e do STF, julgue os próximos itens, relativos ao direito processual penal.

- 62** O exame de corpo de delito indireto, fundado em prova testemunhal idônea e(ou) em outros meios de prova consistentes, revela-se legítimo, desde que, por não mais subsistirem vestígios sensíveis do fato delituoso, não se viabilize a realização do exame direto.
- 63** No processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é necessária a resposta preliminar na ação penal instruída por inquérito policial.
- 64** A ausência de intimação pessoal do defensor dativo para a sessão de julgamento de recurso de apelação é causa de nulidade relativa.
- 65** A decisão judicial que determina o arquivamento do inquérito policial, quando fundado o pedido do Ministério Público em que o fato nele apurado não constitui crime, mais que preclusão, produz coisa julgada material.
- 66** O *habeas corpus* não é a via adequada para, à vista da revogação da prisão temporária, ponderar o acerto da decisão que, posteriormente, tenha decretado a prisão preventiva, pois seria imprescindível o profundo cotejo dos elementos relativos à materialidade e à autoria em um e outro momento do processo.
- 67** O *habeas corpus* é a via adequada para a correção da dosagem de pena.
- 68** À ação penal de titularidade do Ministério Público são aplicáveis os institutos da renúncia, do perdão e da perempção, que não são exclusivos da ação penal de iniciativa privada.
- 69** Compete à justiça comum processar e julgar servidor ou agente público estadual pela prática de delito consistente na dispensa de licitação de determinada obra de construção civil mediante a utilização de verba originária de convênio entre a União e o estado, cujo controle compete ao TCU.
- 70** Na ocorrência de crime tentado, a lei penal faculta ao julgador aplicar uma redução maior ou menor da pena, a depender do *iter criminis* percorrido. Assim, quanto mais a ação delituosa se aproximar da consumação, menor será a redução imposta, e vice-versa.

Acerca de contratos comerciais e títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

- 71** O contrato de franquia, que deve ser, sempre, escrito e assinado na presença de duas testemunhas, tem validade independentemente de ser levado a registro; no entanto, para que produza efeitos perante terceiros, deve ser registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- 72** De acordo com o atual entendimento sumulado do STJ, a cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.
- 73** De acordo com a jurisprudência do STJ, o cheque prescrito constitui instrumento idôneo a aparelhar ação monitoria, sendo, entretanto, necessárias a indicação e a prova do negócio jurídico subjacente.
- 74** Salvo disposição diversa em lei especial, os títulos de crédito regem-se pelo disposto no Código Civil.
- 75** O Código Civil admite o aval parcial.

Com relação a sociedades, julgue os itens seguintes.

- 76** Na sociedade limitada, a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que, posteriormente, adquiram essa qualidade.
- 77** A sociedade de garantia solidária é uma pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima para a concessão de garantia a seus sócios participantes mediante a celebração de contratos.
- 78** A sociedade em comandita por ações que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural pode optar por se registrar na junta comercial ou no cartório de registro de pessoas jurídicas.
- 79** A sociedade de economia mista, diferentemente das demais pessoas jurídicas de direito privado, nasce automaticamente da lei que autoriza a sua criação, e não mediante o respectivo registro.
- 80** Nos órgãos de registro, o arquivamento dos atos constitutivos de sociedades que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, são dispensados do visto de advogados.
- 81** Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

Acerca da nova Lei de Falências, julgue os próximos itens.

- 82** A nova Lei de Falências determina que os registros públicos de empresas deverão manter banco de dados público, gratuito e disponível na rede mundial de computadores, contendo a relação de todos os devedores falidos ou em recuperação judicial.
- 83** Caso falte ao cumprimento de quaisquer dos deveres que a nova Lei de Falências lhe impõe, após intimado pelo juiz a fazê-lo, o falido responderá por crime de desobediência.

Quanto ao regime do empresário individual no âmbito do Código Civil, julgue os itens subseqüentes.

- 84** O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los com ônus real.
- 85** A sentença que decretar ou homologar a separação judicial de empresário e o ato de reconciliação, independentemente de estarem arquivados e averbados no registro público de empresas, podem ser opostos a terceiros.

Antes de lavrar uma escritura de transmissão de propriedade de bem imóvel, o tabelião deve assegurar-se do cumprimento das obrigações tributárias incidentes sobre o bem objeto da negociação, tanto das relativas ao bem em si como das referentes ao ato que será lavrado. No que tange a essa incidência, julgue os itens que se seguem.

- 86** Se o imóvel for de natureza urbana, o único imposto sobre a propriedade que deverá ser examinado pelo tabelião é o imposto predial e territorial urbano (IPTU), cuja instituição e cobrança competem aos municípios e ao DF.
- 87** Se o imóvel objeto da negociação for de natureza rural, o tabelião deverá requerer a certidão negativa do Imposto Territorial Rural (ITR) — ou positiva, com efeito de negativa — sobre o bem em questão. A certidão deverá ser expedida pelo governo federal nos casos em que a arrecadação do ITR é feita pela União, sendo metade dessa arrecadação transferida para o município de situação do bem.
- 88** Consoante o Código Tributário Nacional, surgindo, após lavrada a escritura de transmissão de propriedade de bem imóvel, débito tributário de ITR relativo a tal imóvel, o dever de pagar perante o fisco recairá sobre o adquirente.

- 89** Não é admissível lavrar-se escritura de compra e venda de imóvel sobre o qual existam dívidas tributárias relativas ao IPTU que constem na certidão positiva sem efeito de negativa.
- 90** Se a escritura se referir a ato de doação de imóvel de pai para filho, independentemente de ser ou não por adiantamento da herança legítima, incidirá, na operação, o Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), que, diferentemente do Imposto de Transmissão *Inter Vivos* (ITBI), é um imposto classificado como indireto.

Tratando-se de IPTU, o encaminhamento do carnê de recolhimento ao contribuinte é suficiente para se considerar o cidadão como notificado. Com esse entendimento, já pacificado no STJ, a Segunda Turma da Corte manteve decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) tomada em apelação proposta pelo município de Novo Hamburgo – RS.

O TJRS entendeu que, para a espécie tributária IPTU, o lançamento opera-se diretamente, sem mediação do sujeito passivo, visto que a autoridade administrativa dispõe de todos os elementos necessários à sua concreção. “E a notificação se eficaciza invariavelmente e *ex vi legis* a todo primeiro dia do exercício correspondente, não sendo preciso qualquer ato administrativo de intercâmbio procedimental.”

Consoante a decisão acima tomada pelo STJ, o contribuinte tornou-se notificado do crédito tributário por meio do encaminhamento do carnê de pagamento do IPTU.

Para tanto, naturalmente, era necessário que houvesse a prévia constituição daquele crédito.

Relativamente ao caso objeto do texto acima, bem como à constituição, à notificação, à suspensão e à exclusão do crédito tributário, julgue os itens que se seguem.

- 91** No caso de que trata o texto, a constituição do crédito decorreu de lançamento de ofício, pois foi necessário que, inicialmente, o contribuinte informasse ao fisco os dados necessários à elaboração do lançamento.
- 92** Se um crédito tributário é extinto por meio de compensação prevista em lei, ocorre, ao mesmo tempo, a extinção da respectiva obrigação tributária.
- 93** No caso objeto do texto, se ocorreu algum fato que excluiu a exigibilidade do crédito constituído, tal circunstância não afetarà a obrigação que lhe deu origem.
- 94** Ao elaborar o lançamento, deve o fisco atender à lei vigente à data da ocorrência do fato gerador, ainda que posteriormente modificada para instituir novos critérios de apuração.
- 95** Se o contribuinte não consegue pagar seus tributos no prazo devido e se a norma aplicável permite o parcelamento, a lei que instituiu tal tributo não pode exigir multa e juros de mora.
- 96** Apesar de o conceito de tributo comportar uma obrigação pecuniária, a extinção do crédito pode ser feita mediante pagamento em bens de natureza imóvel e móvel, desde que estes últimos estejam agregados aos imóveis, passando a ser classificados como bens imóveis.

A possibilidade de o contribuinte entrar com processo administrativo e também judicial para discutir uma mesma matéria está praticamente encerrada. O STF analisa a questão e, apesar de o julgamento no tribunal ainda não ter sido finalizado, a maioria dos ministros já votou contra a possibilidade. O placar está em seis a dois contra o contribuinte.

Essa notícia, publicada na imprensa em maio de 2005, faz menção ao controle de constitucionalidade de lei em matéria tributária, exercido pelo STF relativamente à Lei de Execuções Fiscais. Sobre esse controle e a respeito das execuções fiscais, julgue os itens subseqüentes.

- 97** Se uma lei municipal referente ao IPTU estabelecesse diferenças de alíquotas entre imóveis com base na localização destes, ela deveria ser considerada inconstitucional, pois a Lei Maior não permite esse tipo de discriminação.
- 98** Deveria ser considerada inconstitucional uma lei municipal que estabelecesse a incidência de ITBI sobre a transferência de imóveis aos sócios em razão da extinção de uma imobiliária.
- 99** Não afrontaria a Constituição Federal lei federal que estabelecesse regras de concessão de isenções do imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza (ISS).
- 100** Deverá ser considerada constitucional lei estadual que atribua à respectiva unidade da Federação o direito de constituir ITCMD relativamente a imóvel situado em seu território, no caso de doador e donatário serem domiciliados em outro estado.

Quanto ao Provimento Geral da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, julgue os próximos itens.

- 101** Os atos próprios do serviço devem ser praticados pelo titular e seus prepostos e, em todos os atos do serviço, as rubricas e as assinaturas dos prepostos devem ser identificadas por carimbo, letra de forma ou outro meio equivalente. Esses atos, desde que não dependam de especialização e sejam autorizados pela Corregedoria, poderão ser executados por pessoas física ou jurídica contratadas especialmente para esse fim.
- 102** Não se ultimando o ato notarial em face da ausência do titular e do substituto designado, o encarregado pela lavratura do ato deve certificar a ocorrência, submetendo o livro, à primeira hora do expediente do dia que se seguir, ao tabelião, que autorizará se lhe aponha a expressão “sem efeito, pelo certificado neste ato”, com data, hora e assinatura do tabelião.
- 103** O reconhecimento de firma, ato pessoal do tabelião ou de seu substituto autorizado, deve ser feito mediante rigoroso confronto com o padrão existente na serventia, podendo ser autêntico ou por semelhança. Exige-se que, no ato de reconhecimento de firma em qualquer documento, seja de transferência, seja de promessa de transmissão de bens ou de direitos reais ou pessoais sobre móveis e imóveis, que se mencionem a modalidade de reconhecimento e o nome do firmatário, sendo vedada a utilização de outras expressões para designá-lo.
- 104** Os tabeliães devem remeter a todos os serviços de notas e de registros de imóveis do DF cartões com seu autógrafo e os dos escreventes autorizados a subscrever traslados e instrumentos bem como comunicar imediatamente as alterações ocorridas.

Com relação aos serviços notariais, julgue os itens subseqüentes.

- 105** A escritura de pacto antenupcial, além da qualificação dos contratantes e do ajuste convencionado sobre o regime de bens, deve conter obrigatoriamente a discriminação dos bens imóveis pertencentes aos nubentes. O registro do pacto antenupcial é feito no livro auxiliar no serviço correspondente ao do primeiro domicílio dos cônjuges, com averbação obrigatória da situação dos imóveis de propriedade deles.
- 106** O ato de autenticação deve ser realizado mediante rigoroso confronto entre os originais e as cópias apresentadas, ainda que se trate de cópia de cópia com autenticação da própria serventia. Cada autenticação deve corresponder a uma conferência, sendo o anverso e o verso de um documento considerados um único ato.
- 107** Os tabelionatos de notas, ao lavrarem instrumentos públicos de subestabelecimento de procuração ou revogação de mandato escriturado em suas próprias serventias, averbarão essa circunstância, sem ônus à parte, à margem do ato revogado ou subestabelecido. Quando o ato revogatório ou o subestabelecimento tiverem sido lavrados em outra serventia, a esta deverão ser encaminhadas cópias dos instrumentos respectivos, no prazo de quarenta e oito horas.
- 108** Compete ao tabelião de notas lavrar escrituras e procurações públicas e, depois de elaborar o instrumento público, expedir cópia autêntica do que foi elaborado e entregá-la ao interessado. O traslado deve ser tirado em tantas cópias quantos forem as partes e os intervenientes, sem acréscimo de despesas.

Com referência ao serviço de protesto de títulos, julgue os itens que se seguem.

- 109** Os títulos e documentos de dívida protocolizados devem ser examinados em seus aspectos formais, ou seja, devem ser examinados os elementos extrínsecos do instrumento apresentado. A existência de irregularidade formal não impede o ato de protocolar, mas obsta o registro do protesto. Não cabe ao tabelião perquirir a origem da dívida, a falsidade do documento ou a ocorrência de prescrição ou caducidade.
- 110** Não sendo possível a apresentação do original do título ou do documento protestado, o interessado no cancelamento do protesto deve apresentar documento de anuência expressa de quem figure, no registro, como credor originário ou do endossatário, com a identificação da pessoa física ou jurídica e firma reconhecida.
- 111** O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial. No caso de sustação judicial do protesto, uma vez revogada a ordem de sustação, o tabelião deverá providenciar nova intimação do devedor, sendo o prazo legal para o protesto contado da resposta dada pelo devedor ou do decurso do prazo para a manifestação deste.
- 112** O substituto legal do tabelião de protesto poderá, simultaneamente com o notário, praticar todos os atos que lhes sejam próprios, exceto o de cancelamento de protesto.
- 113** As duplicatas de prestação de serviços não-aceitas somente serão protestadas mediante a apresentação de documento que comprove a efetiva prestação do serviço e o vínculo contratual que o autorizou ou por declaração assinada pelo apresentante, que deve, sob as penas da lei, assegurar que os comprovantes se encontram em seu poder e comprometer-se a exibi-los, sempre que exigido.

Acerca do registro imobiliário, julgue os itens subseqüentes.

- 114** No livro de protocolo, somente são cadastrados os títulos prenotados, ou seja, uma vez recepcionados, os títulos entram em uma fila de precedência, possuindo preferência para registro com relação a eventuais títulos que sejam recepcionados posteriormente, o que caracteriza o chamado princípio da prioridade, o qual determina que, no confronto de direitos contraditórios submetidos simultaneamente a qualificação, os registros seguem a ordem de prenotação dos respectivos títulos.
- 115** A escritura de cessão de direitos hereditários pode ser acolhida para registro perante o serviço imobiliário, independentemente do formal de partilha ou da carta de adjudicação. A cessão de direitos hereditários inclui-se entre os atos registráveis, porque a herança é transmitida ao herdeiro no momento da abertura da sucessão.
- 116** A aquisição de imóvel urbano ou rural por pessoa natural ou jurídica estrangeira deve ser registrada no Livro n.º 2, na matrícula do imóvel e no livro próprio existente para o registro de bens imóveis adquiridos por estrangeiros, devendo o oficial comunicar esses dados, trimestralmente, à Corregedoria e à Secretaria da Receita Federal.

Quanto ao serviço de registro de títulos e documentos e registro civil das pessoas jurídicas, julgue os próximos itens.

- 117** Quando o título ou documento apresentado ao registro não se revestir das formalidades legais, relativas à forma extrínseca, ou quando o oficial suspeitar que o documento seja falso, deverão ser recusados o ingresso do documento no protocolo, sua anotação e registro, devendo, em seguida, ser suscitada dúvida registrária ao juiz competente e notificado o requerente do registro para acompanhá-la.
- 118** É permitido mais de um registro de título, papel ou documento, desde que requerido pelo interessado, mesmo que tais registros tenham sido submetidos a assentamento em serventia de outra espécie. Por exemplo, quando o título já registrado por extrato for levado a registro integral ou quando for exigido, simultaneamente, pelo apresentante o duplo registro, o oficial deverá fazer remissões cruzadas, no próprio registro integral, ou no resumido, e no protocolo.

A respeito do serviço de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas, julgue os itens seguintes.

- 119** No assento de óbito de pessoa conhecida, deve constar o estado civil do *de cuius* e, caso este seja casado, divorciado ou viúvo ou viva em união estável, deve constar o nome do cônjuge, do ex-cônjuge ou companheiro sobrevivente.
- 120** À pessoa que se declarar pobre para efeitos legais será assegurada a gratuidade de todos os atos de casamento, incluindo-se a publicação dos proclamas, o registro e a primeira certidão.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos, sendo **cinco** pontos para cada ato notarial —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada ato notarial, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas a palavra **Notário**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

ATO NOTARIAL 1

Maria da Silva, brasileira, separada judicialmente, funcionária pública, (residência e documentos), constituiu-se, em 12/12/2003, devedora do Banco do Povo, da quantia de R\$ 100.000,00, pagável em 18 parcelas mensais, juros legais e outras condições. No entanto, não conseguiu cumprir a obrigação assumida.

É de interesse esclarecer que ela é proprietária do imóvel seguinte: (descrição minuciosa do imóvel), propriedade que foi adquirida por compra feita de João da Silva e sua mulher, conforme a escritura devidamente registrada sob número de matrícula R.XX do Cartório de Registro de Imóveis.

Para saldar a dívida, Maria fez a seguinte proposta, aceita pelo credor: dar em pagamento o imóvel acima descrito, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, cujo valor corresponde a R\$ 200.000,00, referentes ao pagamento da dívida principal e de todos seus acréscimos, tais como multa, juros e correção monetária, até a presente data.

Com base nessa situação hipotética, considerando que o titular do Tabelionato de Notas foi procurado pelas partes interessadas, que lhe expuseram a pretensão de celebrar uma escritura de dação em pagamento, redija, da forma mais completa possível, a escritura solicitada pelas partes. Complemente, com dados de sua escolha, os elementos legalmente exigíveis para o ato e que não estejam expressamente indicados acima.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

ATO NOTARIAL 2

Considere que o titular do Tabelionato de Notas foi procurado por Joaquim (qualificação) e Carla (qualificação), que lhe expuseram a pretensão de celebrar uma escritura de pacto antenupcial. Para lavrar a escritura, as partes se declararam solteiras e convencionaram que o seu casamento será celebrado pelo regime da separação total de bens.

Diante dessa situação hipotética, lavre o ato adequado, com aproveitamento total ou parcial dos elementos acima. Complemente, com dados de sua escolha, os elementos legalmente exigíveis para o ato e que não estejam expressamente indicados acima.

RASCUNHO – ATO NOTARIAL 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	